

A edição de número 79 do Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise (BMT) contém o tradicional texto *Análise da conjuntura do mercado de trabalho no Brasil* e as seções de *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas*. Esta edição apresenta ainda uma seção especial intitulada *Dossiê: oportunidades de novas informações para os analistas de mercado de trabalho*.

O texto *Análise da conjuntura do mercado de trabalho no Brasil* apresenta os principais indicadores do mercado de trabalho no Brasil para o quarto trimestre de 2024, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). De maneira geral, os resultados indicam uma trajetória positiva, com redução do desemprego e aumento da ocupação formal, da renda média do trabalho e da massa salarial. No entanto, também há um alerta quanto ao forte crescimento do emprego informal.

Além da análise conjuntural do mercado de trabalho, as contribuições adicionais estão organizadas em quatro seções de textos.

A seção *Notas Técnicas* é composta por quatro textos. No primeiro deles, *Quem se afastou do mercado de trabalho no período recente? Uma decomposição da taxa de participação brasileira pós-pandemia*, Leo Veríssimo Fernandes, Gabriela Carolina Rezende Padilha e Miguel Nathan Foguel investigam quais grupos foram mais impactados pela pandemia da covid-19 e tiveram sua participação reduzida no mercado de trabalho. A partir dos dados da PNAD Contínua, os autores concluem que a diminuição na participação no mercado de trabalho deveu-se principalmente a mudanças nos grupos populacionais, com destaque para a queda na participação de mulheres e indivíduos com baixa e média escolaridade, enquanto a participação de pessoas com maior escolaridade permaneceu estável ou aumentou.

No segundo texto, *Notas breves sobre a subutilização da força de trabalho entre mulheres negras*, Marcell Machado dos Santos examina a sobrerrepresentação de mulheres negras na condição de subutilização da força de trabalho no Brasil. Por meio de dados da PNAD Contínua de 2012 a 2024 e de um panorama histórico sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro, o autor demonstra como o racismo e o sexismo foram determinantes na estruturação desse mercado, com consequências duradouras. Ele argumenta que as discriminações estruturais de raça, gênero e classe, que se perpetuam desde o século XIX, resultam em maiores taxas de desocupação, desalento e subocupação para as mulheres negras atualmente.

Em *Demanda por trabalho no setor agropecuário: trajetória e contribuição para o não emprego no Brasil entre 2012 e 2023*, Mauricio Cortez Reis, Gabriela Carolina Rezende Padilha, Leo Veríssimo Fernandes e Sandro Pereira Silva investigam a queda na ocupação no setor agropecuário

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt79/apresentacao>

e seu impacto no comportamento da taxa de não emprego do país entre 2012 e 2023. A partir dos microdados da PNAD Contínua, os autores constataam que a redução ocorreu, sobretudo, entre trabalhadores familiares auxiliares e afetou mais a região Nordeste. Além disso, identificaram que a queda da ocupação no setor agropecuário se concentrou em atividades não exportadoras, possivelmente mais voltadas ao mercado interno, que também foram responsáveis pela maior contribuição do setor na taxa de não emprego nacional.

Na última nota técnica, *Quando normas sociais e sindicatos se encontram: compreendendo o poder de barganha na oferta de trabalho feminina*, Sara Costa Pedreira, Elaine Toldo Pazello e Ana Luiza de Holanda Barbosa investigam como o poder de barganha entre cônjuges heterossexuais afeta a decisão das esposas na alocação das horas ofertadas no mercado de trabalho remunerado. Com base em dados da PNAD 2015 e utilizando o método generalizado dos momentos (GMM), as autoras concluem que, ao se aumentar em 10 pontos percentuais a participação das esposas nas tarefas domésticas, a jornada de trabalho dos homens cresce em 2,5 horas, enquanto a das mulheres diminui em 0,8 hora.

Nesta edição, a seção *Política em Foco* conta com três textos. O primeiro deles, *O cuidado enquanto ocupação: em que condições?*, de autoria de Ana Amélia Camarano, Daniele Fernandes, Stephanie Burille, Fernanda Lira Goes, Krislane de Andrade Matias e Thamires da Silva Ribeiro, apresenta informações sobre as pessoas que exercem a função de cuidador remunerado e as formas como esse exercício ocorre. Os dados foram obtidos pela Pesquisa Nacional sobre Trabalho Doméstico e de Cuidados Remunerados, realizada pelo Ipea em parceria com o Ministério da Igualdade Racial. Os resultados confirmam a prevalência de mulheres negras nessa posição, bem como as baixas remunerações percebidas e a situação de informalidade. De igual modo, também são as mulheres negras as menos escolarizadas, as que recebem um rendimento mais baixo e as que passam mais tempo no deslocamento residência/trabalho.

Em *Crédito para a agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha-MG: incidência do Programa Agroamigo*, Sandro Pereira Silva e Juliane da Silva Ciríaco analisam a evolução do Programa Agroamigo na mesorregião do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, utilizando dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017 e tabulações do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste do Banco do Nordeste (Etene/BNB). O estudo revela um aumento no número de contratos, no volume real de créditos financiados e nos valores médios por contrato, destacando a participação significativa das mulheres como tomadoras. No entanto, também são identificados problemas de operacionalização, como a falta de integração com outras políticas de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.

O terceiro texto da seção, *Crescimento do desligamento voluntário: quais as motivações?*, de Paula Montagner, Augusto Albuquerque e Felipe Vella Pateo, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em julho de 2024, sobre os motivos para o aumento de desligamentos voluntários entre o final de 2023 e o início de 2024. Os resultados da pesquisa destacam, em primeiro lugar, a busca por salários mais altos, seguida por fatores como falta de reconhecimento, problemas éticos nas empresas, estresse e longas distâncias de deslocamento, especialmente nas regiões metropolitanas do

Sudeste e do Nordeste. A maioria dos trabalhadores desligados conseguiu novos empregos, e 40% passaram a receber salários maiores que em seus empregos anteriores.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz seis artigos. O artigo *Mensuração do trabalho associado no Brasil e potencial contribuição para a recomposição do sistema de informações em Economia solidária*, de Felipe Vella Pateo, discute a possibilidade de aprimorar a identificação da economia solidária no Brasil a partir da PNAD Contínua. O estudo avalia a aderência dos dados dessa pesquisa aos critérios historicamente utilizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e propõe um melhor aproveitamento das estatísticas nacionais para visibilizar e dimensionar o trabalho associado. A análise inclui a sistematização das características desses trabalhadores e a comparação dos resultados da PNAD Contínua com os dados do mapeamento da economia solidária.

O segundo texto, *Análise das políticas públicas e da construção do campo da tecnologia social no Brasil do século XXI*, de Arquimedes Belo Paiva, Andreia Ingrid Michele do Nascimento e Felipe Addor, resgata a trajetória das políticas públicas de tecnologia social (TS) no Brasil, organizando-a em três momentos: grande ciclo, descenso e retomada. De caráter exploratório e descritivo, a pesquisa analisa a posição estratégica da TS nos órgãos públicos, os recursos orçamentários destinados à área e as transformações da TS ao longo do tempo. O estudo também destaca a importância de compreender experiências anteriores para orientar políticas futuras, especialmente no contexto de retomada das políticas sociais no terceiro mandato presidencial de Lula.

No artigo *Agricultura urbana e periurbana apoiada na agroecologia e na economia solidária*, Celso Donizete Locatel, Regilane Fernandes da Silva e Roberto Marinho Alves da Silva apresentam a definição de agricultura urbana e periurbana (AUP) e sua evolução no Brasil, destacando os avanços nas políticas públicas ocorridos nessa área. Os autores também abordam o Projeto Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana Apoiada na Agroecologia e na Economia Solidária (Projeto AUP), que visa expandir e consolidar essa prática no Brasil, promovendo o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias sociais de horticultura comunitária.

No quarto texto da seção, *Economia solidária como estratégia para o sistema penal brasileiro: limites e possibilidades*, Aline Mendonça dos Santos, Juciane Prado Lourenço da Silva e Cíntia Rangel Assumpção examinam os fundamentos teóricos e políticos da economia solidária como uma estratégia para o sistema penal brasileiro, com exemplos nacionais e internacionais recentes. As autoras apontam quatro questões a serem priorizadas nesse debate: i) alternativas de geração de trabalho e renda para pessoas privadas de liberdade, egressos e seus familiares; ii) transformação da representação social dessas pessoas no mundo do trabalho; iii) redução das taxas de reincidência criminal; e iv) estratégias para garantir a sustentabilidade e a articulação das iniciativas de inclusão com os processos de desenvolvimento territorial e setores econômicos.

No artigo *Do cooperativismo de plataforma à economia solidária digital*, Marília Veríssimo Veronese e Julice Salvagni conceituam a economia solidária digital e discutem a transição do termo “cooperativismo de plataforma” para esse novo conceito. As autoras exploram a trajetória das formas de cooperação por plataforma no Brasil e apresentam exemplos de pequenos coletivos

e cooperativas que utilizam essas plataformas para desenvolver seu trabalho, configurando uma alternativa às plataformas comerciais tradicionais.

No último texto da seção de *Economia solidária e políticas públicas*, intitulado *Por uma política nacional de inclusão socioprodutiva da economia popular e solidária nos centros urbanos*, Gabriel Kraychete e Davidson Magalhães examinam a relação entre a noção de “popular” e a economia solidária no Brasil, destacando as implicações práticas dessa abordagem para as políticas de inserção social pelo trabalho. O texto aborda a dinâmica da economia popular nos centros urbanos, composta por trabalhadores fora do padrão de emprego regular assalariado, e apresenta a proposição de uma política de inserção social por meio dos Centros Públicos de Economia Popular e Solidária, visando integrar empreendimentos associativos e trabalhadores urbanos da economia popular.

A seção especial do BMT 79, intitulada *Dossiê: oportunidades de novas informações para os analistas de mercado de trabalho*, possui três textos.

Em *O potencial do eSocial na construção de evidências para o aperfeiçoamento de políticas públicas*, Felipe Vella Pateo e Mariana Eugenio Almeida exploram formas de aprimorar as estatísticas oficiais sobre o mercado de trabalho brasileiro por meio da sistematização e da expansão das informações do eSocial. Os autores propõem uma melhor caracterização dos vínculos e das características dos trabalhadores registrados na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a incorporação extemporânea de dados adicionais já existentes no eSocial à Rais e a criação de bases de dados para captar novas formas de trabalho e permitir a atualização de informações com maior frequência.

No segundo texto, *Dados sobre a falta de dados da licença-paternidade no Brasil*, Ana Luiza Barbosa, Marcos Hecksher, Felipe Duplat Luz, Thiago Almeida e Taís Azevedo de Lima levantam quais são as informações disponíveis sobre a licença-paternidade no Brasil, diante da lacuna de registros administrativos nacionais e de estatísticas oficiais sobre esse tipo de afastamento do trabalho. Os autores calculam estimativas aproximadas sobre a licença-paternidade no Brasil a partir de diferentes bancos de dados – como Rais e PNAD Contínua – e dados de servidores públicos federais no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).

No último texto do dossiê, *Trabalho doméstico formal no Brasil: novas evidências a partir do eSocial*, Mariana Eugenio Almeida, Felipe Vella Pateo, Augusto Albuquerque e Paula Montagner analisam o trabalho doméstico formal no Brasil a partir de dados administrativos inéditos do eSocial. Os resultados mostram redução no número de trabalhadores domésticos formais, predominância de mulheres negras na categoria, aumento na remuneração média e persistência de desigualdades salariais. O estudo também aponta maior estabilidade no emprego, embora isso ocorra com desafios para a mobilidade ocupacional das trabalhadoras.